

# Decreto de Collor reduz investimentos

**Novo decreto  
presidencial cortará  
cerca de 10% dos  
investimentos federais**

**NÉLSON TORREÃO**

BRASÍLIA — O ajuste fiscal que o governo prepara tem pouca semelhança com os "pacotes" que costumavam azedar o Natal dos brasileiros durante o mandato do presidente José Sarney. Mas isso não significa que 1991 será leve para os contribuintes, já que parte do ajuste continuará a ser paga no ano que vem quando começarem a vigorar medidas adotadas no início do governo Collor.

A Constituição acabou com os pacotes fiscais natalinos, ao exigir que as surpresas na área tributária sejam conhecidas pelo menos cinco meses antes do final do ano. Desta vez o governo vai tentar equilibrar suas contas cortando despesas da já apertada proposta de orçamento que tem de ser aprovada pelo Congresso até o dia 15. O bisturi dessa cirurgia será um decreto presidencial que vai condicionar parte das despesas à efetiva arrecadação prevista nas receitas.

O decreto de Collor, que será baixado provavelmente dia 21, cortará também em cerca de 10% os investimentos federais. Os Cr\$ 307 bilhões previstos no orçamento devem ser reduzidos para Cr\$ 256 bilhões. O que levou o Ministério da Economia a programar o novo arrocho foi, de acordo com o secretá-

rio da Fazenda Nacional, Geraldo Gardenalli, a perspectiva de que a recessão prevista para o primeiro trimestre seja mais profunda do que se esperava.

Segundo dados dos economistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Tesouro conseguiu uma redução real de 30% em suas despesas não-vinculadas entre janeiro e setembro, quando comparadas com as de igual período do ano passado. Se for excluída da comparação a economia com os encargos da dívida interna em títulos, porém, a redução real de despesas cai para apenas 1,85%.

Para aumentar a receita há pouco a fazer, a não ser um novo aumento de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que teria impacto sobre os preços. O Tesouro também terá de contar com um aperto na fiscalização. Além disso, lembram que a proposta de orçamento não previa a tributação das aplicações financeiras de curto prazo pelo IOF.

Finalmente, para fechar as contas de 1991 com superávit, os técnicos do Planejamento contam as despesas que passam de um exercício para o outro (chamadas restos a pagar) - e com a inflação. Para fazer as contas certas, ensinam, é preciso comparar o restante a pagar em janeiro com a mesma rubrica no ano anterior. A menos que a inflação seja zero, essa comparação é sempre favorável ao governo.